



## INOVAÇÕES SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Sinergismo entre agroecologia e agroturismo no Brasil Meridional

**Hoyêdo Nunes Lins**

Programas de Pós-Graduação em Economia e em Relações Internacionais  
Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Brasil  
[hoyedo.lins@ufsc.br](mailto:hoyedo.lins@ufsc.br)

### Resumo

A ideia de desenvolvimento territorial sustentável (DTS) e as iniciativas voltadas à sua promoção ganharam espaço nas pesquisas acadêmicas e nas agendas de várias instituições. As ações protagonizadas nessa direção, sobretudo quando geram mudanças importantes, podem ser consideradas inovações sociais. Nas Encostas da Serra Geral em Santa Catarina, processos com esse significado parecem estar em curso desde os anos 1990: agricultura alternativa, assimilada à agroecologia, e agroturismo, práticas que foram incorporadas às atividades de numerosas pequenas propriedades rurais com apoio e estímulo de instituições como a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral e a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia. O estudo descreve e analisa a emergência e o crescimento de ambas as práticas, salientando o seu entrelaçamento e estímulo recíproco. O objetivo é, além de sugerir sua importância socioeconômica, assinalar que se trata de inovações sociais entre as quais existe sinergismo representativo de novas possibilidades locais, no marco de condutas pautadas por princípios de sustentabilidade. Idealizado com inspiração no debate sobre DTS, o trabalho se apoia em pesquisa bibliográfica e documental envolvendo material oriundo de ambientes acadêmicos e técnico-institucionais.

**Palavras Chaves:** desenvolvimento territorial sustentável, agroecologia, agroturismo, inovações sociais

### Abstract

In the last decades, the idea of sustainable territorial development (STD) and the initiatives aimed at its promotion have gained space in academic research and in the agendas of various institutions. Actions carried out in this direction, especially when they lead to important changes, may be considered as social innovations. Apparently, something of this kind is under way since the 1990s at the *Encostas da Serra Geral* in Santa Catarina: alternative agriculture, assimilated to agroecology, and agrotourism, practices that have been incorporated into the activities of numerous small rural properties with the support and encouragement of institutions such as the *Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral* and the *Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia*. The study describes and analyzes the emergence and growth of both activities, emphasizing their intertwining and reciprocal stimulus. The objective is, besides suggesting its socioeconomic importance, to point out that they mean social innovations among which there is synergism representative of new local possibilities, according to sustainability principles. Inspired by the debate about STD, the study is based on bibliographical and documentary research involving material coming from academic and technical-institutional environments.

**Key words:** sustainable territorial development, agroecology, agrotourism, social innovations

**JEL Codes:** Q01; O35; Q56

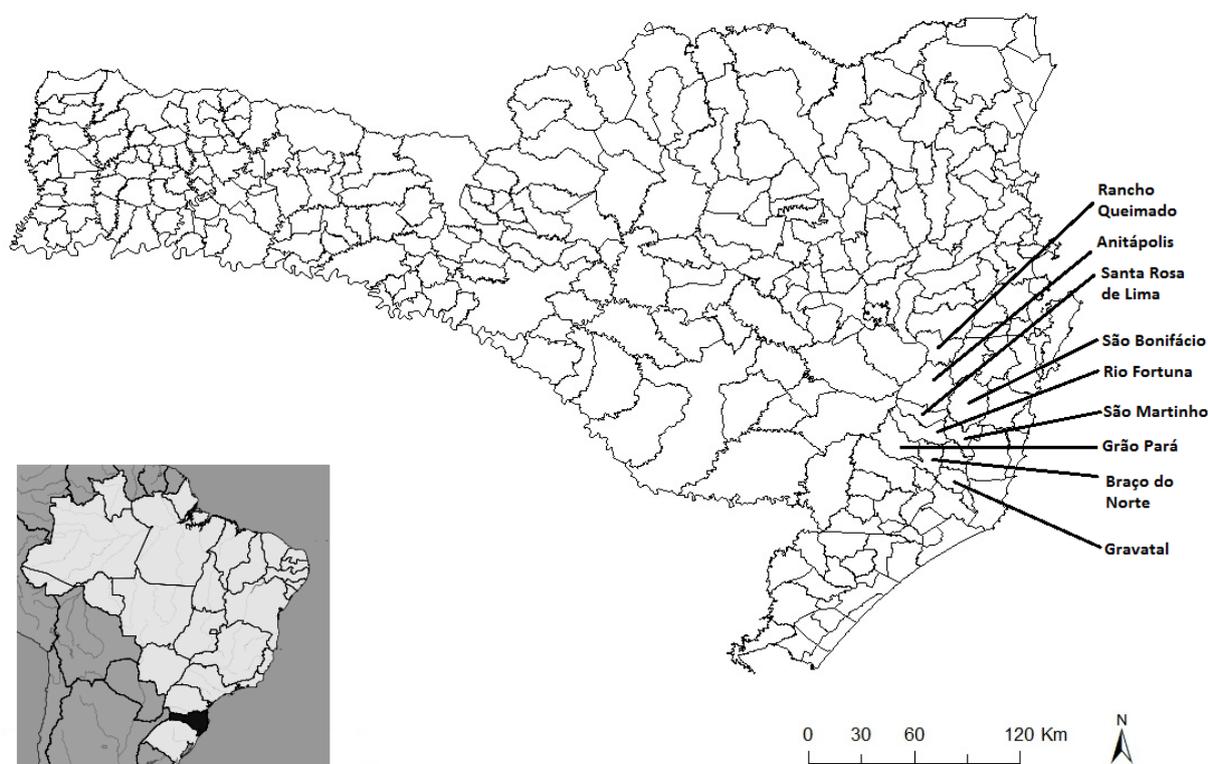


## 1. Introdução

A ideia de desenvolvimento territorial sustentável ganhou destaque nas últimas décadas no debate sobre o desenvolvimento, especialmente no que toca ao meio rural. Em contexto de mudanças econômicas representativas de grandes desafios – genericamente associadas à globalização –, a trajetória desse debate influenciou tanto a reflexão sobre o desenvolvimento como as iniciativas para sua promoção. Essas ações, dependendo do seu perfil e das circunstâncias, podem se revelar inovadoras e se influenciar mutuamente, em situações que permitem falar em sinergismo no âmbito territorial.

Esse é o assunto geral deste artigo, cuja abordagem, contudo, é específica. Seu conteúdo é uma pesquisa sobre o território identificado em documentos oficiais como “Encostas da Serra Geral de Santa Catarina” (Ministério do Turismo 2010), situado a sudeste do referido estado (**Figura 1**). Predominantemente rural, essa área registrou o surgimento e a expansão desde os anos 1990 de práticas agrícolas efetuadas conforme princípios ecológicos (permitindo falar em agroecologia) e do agroturismo (realizado em pequenas propriedades rurais). Sustentadas por instituições, como associações e cooperativas, que disseminam princípios e condutas pautados na sustentabilidade, essas inovações parecem se fortalecer reciprocamente, autorizando falar, de algum modo, em desenvolvimento territorial sustentável.

**Figura 1.** Municípios das Encostas da Serra Geral em Santa Catarina



Fonte: elaborado pelo autor a partir de base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



A emergência e o crescimento de atividades agrícolas protagonizadas segundo princípios ecológicos e do agroturismo nas Encostas da Serra Geral em Santa Catarina constituem o objeto do estudo. Objetiva-se, além de sugerir a importância socioeconômica de ambas as atividades, descrever e analisar os respectivos surgimento e trajetória. A ideia é salientar o incrustado caráter de inovação – argumentando tratar-se de inovação social –, em contexto de apoio e estímulo recíproco representativo de sinergismo capaz de proporcionar novas possibilidades locais. O debate sobre desenvolvimento territorial sustentável representou uma inspiração maior, remetendo a indagações, por exemplo, sobre a presença de ação coletiva e cooperação entre os agentes da referida agricultura alternativa e do agroturismo, assim como sobre a adesão a práticas e condutas de índole sustentável. Pesquisa bibliográfica e documental, em materiais produzidos em vários ambientes acadêmicos e também técnico-institucionais, constitui a base do estudo.

O texto possui cinco partes, além desta introdução e das considerações finais. Na próxima apresentam-se os contornos do debate sobre desenvolvimento territorial sustentável. Depois especificam-se os termos da discussão, falando sobre inovações sociais. Em seguida são abordados o surgimento e a expansão de práticas agroecológicas no território considerado, após algumas considerações sobre o sentido do termo agroecologia. Na sequência considera-se o agroturismo protagonizado na área, depois de mencionar alguns traços gerais desse tipo de turismo. Na última parte caracterizam-se as práticas agroecológicas e o agroturismo nas Encostas da Serra Geral catarinense como inovações sociais, assinalando a situação de sinergismo em que se encontram.

## **2. Contornos gerais do debate: o desenvolvimento territorial sustentável**

Desde pelo menos o fim da Segunda Guerra Mundial, na esteira das transformações econômicas, políticas e geopolíticas que marcaram o período, o desenvolvimento figurou como assunto prioritário nas agendas de numerosos países e instituições. Mas os imperativos das circunstâncias, os resultados atingidos e, sobretudo, as frustrações amargadas contribuíram para que tanto a ideia de desenvolvimento quanto a sua promoção passasse por mudanças. Isso ocorreu com o desenvolvimento em sentido amplo e com o desenvolvimento no meio rural, recorte a que se refere este artigo.

As alterações na abordagem do desenvolvimento no meio rural, que refletem mutações nos próprios espaços assim caracterizados, mostram incidência internacional, conforme, entre outros, Ellis e Biggs (2001) e Ashley e Maxwell (2001). Sobre a América Latina, isso aparece em Mora e Sumpsi (2004), e especificamente para o Brasil, em Buainain et al. (2014, por exemplo. Nas mudanças registradas nessas áreas destaca-se a multiplicação dos papéis em termos principalmente produtivos (Kageyama 2004), exigindo reconhecer que “[...] o meio rural não pode mais ser considerado como espaço exclusivamente agrícola [...]” (Campanhola e Silva 2000:13).

Nesse contexto emergiu e ganhou vigor a ideia de desenvolvimento territorial rural. O pano de fundo exibia o destaque adquirido pelo território junto às ciências sociais, nas últimas décadas e em escala internacional. Em termos gerais, nas correspondentes disciplinas, “O território aparece [...] como meio de introdução [...] das lógicas dos atores na análise da espacialização do social” (Ozouf-Marignier, 2009, p. 34, nossa tradução). Todavia, o que para Santos (1994) consiste em “retorno do território”, mostra amplitude temporal e em termos de alcance ou mesmo significado.

Sobre o primeiro aspecto, cabe assinalar já se terem passado quatro decênios desde que,



anunciando os contornos de um “enfoque agropolitano”, Friedmann e Weaver (1979) propuseram o que diziam ser uma mudança radical na concepção e promoção do desenvolvimento com dimensão espacial. A proposta encontra-se em capítulo intitulado “A recuperação da vida territorial”, para cuja abordagem os autores argumentavam a necessidade de considerar a interseção de três espaços comuns, comunitários: os espaços cultural, político e econômico. O sentido não é distante do que Stöhr e Taylor (1981) apresentaram dois anos depois, ao falarem em “desenvolvimento desde abaixo”. Assim, não deixou de ter importantes precursores a intensificação no uso do recurso analítico representado pelo território, observada desde os anos 1990, como salientado em UMR PACTE (2009).

Sobre a problemática do significado ou do alcance, cabe destacar a multiplicidade de usos ligada à variedade de disciplinas que recorrem analiticamente ao território. Assim, por exemplo, sem qualquer outro intuito senão o de ilustrar genericamente, conforme Ozouf-Marignier (2009) o termo aparece, entre geógrafos e também entre historiadores, em considerações sobre práticas e representações de sujeitos e atores sociais; entre sociólogos, na decifração do social com base em abordagens sobre proximidade e contiguidade; entre antropólogos, em estudos sobre fronteiras culturais e pertencimento estribado em identidade.

Aos economistas, o território oferece uma mediação entre a macro e a microeconomia, inserindo na análise traços propriamente geográficos ou espaciais. De fato, o território representa a introdução da “[...] ideia de uma agregação mesoeconômica dos indivíduos, quer dizer, o aparecimento de coordenações que não concernem senão a certos indivíduos que compartilham uma unidade de preocupações e uma identificação compartilhada de problemas julgados comuns” (Pecqueur 2009:208, nossa tradução)

Seja como for, outorgar ao território a dupla condição de referência básica no discurso sobre o

desenvolvimento e de esfera privilegiada para a promoção deste, significa cancelar o entendimento de que as interações historicamente enraizadas, permeadas de iniciativas de cunho institucional e político, possuem importância fundamental. Com efeito, embora o respectivo debate exiba diferentes ângulos e abordagens, quem diz território diz “[...] ‘sedimentação’, em áreas locais, de fatores históricos, sociais e culturais, específicos e inter-relacionados, que geram processos de desenvolvimento [...] diferenciados por conta [...] de especificidades locais” (Garofoli 1993:24, nossa tradução). De sua parte, Debarbieux (2009:22, nossa tradução) associa território à “[...] disposição de elementos contíguos que correspondem a [...] recursos materiais e/ou simbólicos, incluindo a própria contiguidade, para os seres que o pensam ou praticam como tal”.

Com respeito ao meio rural, esse debate sobre o território fez vicejar o tema do desenvolvimento territorial rural, como assinalado anteriormente. Constitui substrato desse processo o entendimento, crescentemente reconhecido, de que “Ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial [...]” (Abramovay 2001:A-3). De fato, o espaço rural assim percebido “[...] é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território” (Schneider 2004:99).

Pelo ângulo mais propriamente econômico, os aspectos de inter-relacionamento dos fatores e diversidade de atores, acrescidos do compartilhamento de recursos – em contexto de especificidades locais manifestadas na articulação entre atributos, atividades e produtos –, sobressaem em análises sobre o desenvolvimento em nível territorial baseadas na noção de “cesta de bens e serviços”. O termo evoca a execução pelos agentes do território de estratégias produtivas para uma “[...] oferta ao mesmo tempo compósita (combinando vários bens e serviços) e localizada (ligada a um espaço particular, à sua cultura e sua história)” (Pecqueur 2001:37, nossa tradução).



Assinale-se que o significado do território, como origem de bens e serviços e como base de oferta representativo de qualidade, é também simbólico, com imagem cultivada e reconhecida. Isso favorece a aceitação mesmo de produtos comparativamente mais caros, o pagamento dos quais aparece como “renda de qualidade territorial” (Mollard 2001). Socialmente construída, pois o próprio território é uma “construção social”, essa renda traduz combinação entre qualidade da oferta e condições de contexto, ambas representativas de recursos do território.

Diferentes atividades podem formar “cestas de bens e serviços” territoriais de qualidade, com oferta interdependente. Para quem se dirige ao território,

*[...] o consumo pode envolver bens privados [...], mas pode associar igualmente o gozo de amenidades ambientais ou sociais. Esse valor é um dos componentes do preço que o consumidor aceita pagar pelos produtos de qualidade territorial. Os produtores desses produtos internalizam, então, as externalidades territoriais positivas. O consumidor busca, na realidade, uma especificidade que não se baseia só nas características do produto tomado isoladamente, mas numa combinação específica ao território considerado (Pecqueur 2001:44, nossa tradução).*

Não tardou para que esse debate registrasse a incorporação do qualificativo “sustentável” ao desenvolvimento territorial. Segundo assinala Vieira (2009:44, grifo do autor), referindo-se notadamente a realidades externas às zonas centrais do capitalismo,

*[...] o desmantelamento progressivo do setor público e a redução mais ou menos drástica dos investimentos sociais nos países do Sul passaram a coexistir com o registro de experiências originais de auto-organização socioeconômica, sociocultural e sociopolítica no nível local, implicando processos de recriação de identidades territoriais. [...] [I]nstituiu-se*

*assim uma nova lógica de organização territorial do desenvolvimento [...].*

Esse processo não se restringiu aos países do Sul. Na América do Norte e na Europa, o desenvolvimento territorial sustentável ganhou espaço até em discussões sobre ambientes urbanos, como constata Lévesque (2009). O trabalho de Hudson (2007) sobre experiências europeias constitui uma instrutiva ilustração. Contudo, é o meio rural que se mostra especialmente contemplado, aparecendo

*No centro das atenções [...] a temática da reestruturação produtiva do meio rural, em decorrência da perda [...] da capacidade de geração de emprego e renda das atividades agrícolas tradicionais. Ganham também mais nitidez e credibilidade os discursos sobre opções de desenvolvimento agroecológico para os pequenos produtores familiares [...]. (Vieira 2009:45, grifo do autor).*

As iniciativas nessa direção, que no tocante ao desenvolvimento agroecológico mencionado na citação seriam motivadas pelos acenos que a adesão à agroecologia parece representar para pequenos agricultores, podem ser consideradas inovações sociais, conforme as circunstâncias.

### **3. Especificando o debate: uma aproximação à problemática das inovações sociais**

Assinalar que ações sintonizadas com a ideia de desenvolvimento territorial sustentável, no contexto indicado ao final da parte anterior, podem representar inovações sociais torna necessária alguma elaboração sobre o sentido dessa expressão na forma aqui contemplada. Diga-se desde logo que a literatura exhibe diferentes entendimentos do que seja inovação social, e mesmo considerações, como apontam Sharra e Nyssens (2010), de que qualquer inovação assim se apresentaria, já que os resultados de práticas inovadoras sempre repercutem socialmente, ou sua realização tende a mobilizar diversos atores sociais.



Mas, no sentido prevalecente na literatura, observado pelo menos desde o estudo de Taylor (1970) sobre a dinâmica do desenvolvimento em nível comunitário no Estado do Kansas, nos Estados Unidos, a expressão inovação social embute importante especificidade. Embora a literatura seja volumosa, com a variedade de abordagens repertoriada em Moulaert, MacCallum e Hillier (2013), associa-se costumeiramente inovação social a “[...] novas ideias que operam no cumprimento de metas sociais” (Mulgan et al. 2007:8, nossa tradução), ou, alargando a identificação, a “[...] atividades e serviços inovadores motivados pelo objetivo de atender a uma necessidade social, e que são predominantemente desenvolvidos e difundidos por meio de organizações cujos objetivos principais são sociais” (Mulgan et al. 2007:8, nossa tradução).

Mumford (2002:253, nossa tradução), de sua parte, propõe este sentido para a expressão:

*O termo inovação social [...] refere à geração e implementação de novas ideias sobre como as pessoas deveriam organizar atividades interpessoais ou interações sociais para atingir um ou mais objetivos comuns. Como em outras formas de inovação, os produtos resultantes da inovação social podem variar quanto à sua amplitude e ao seu impacto [...]. Em um extremo desse continuum, o desenvolvimento de novas ideias sobre organização social ou relações sociais pode envolver a criação de novos tipos de instituições sociais, a formação de novas ideias sobre governo ou o desenvolvimento de novos movimentos sociais. [...] No outro extremo [...], a inovação social pode envolver a criação de novos processos e procedimentos para estruturar o trabalho colaborativo, a introdução de novas práticas sociais em um grupo ou o desenvolvimento de novas práticas de negócios.*

Assim, essas inovações não se confundem com as que ocorrem na tradicional esfera dos negócios, em que a busca do maior lucro possível

constitui a lógica básica. Morales Gutiérrez (2009) sugere âmbitos de particularização da inovação social, em face da inovação “econômica” ou no plano dos negócios, nos quais se observam os seguintes contrastes. Na inovação “econômica”, o capital financeiro sobressai como recurso, a busca de situações monopólicas geradoras de alta rentabilidade destaca-se como orientação básica e a esfera tecnológica desponta como a que registra crescente complexidade. Na inovação social, essa mesma ordem exhibe o capital humano e relacional, a busca de atendimento às necessidades de amplos grupos sociais a baixo custo e a esfera das relações.

Práticas que podem ser consideradas inovações sociais, no modo tangenciado, são observadas inclusive historicamente. Iniciativas de auto-organização comunitária, cooperativismo/associativismo, ações coletivas para enfrentar vicissitudes como doenças, tentativas de lidar com a pobreza, procurando gerar ocupações e renda, entre outros, crivaram trajetórias de países e regiões pelo menos nos últimos dois séculos (Mulgan et al. 2007). Todavia, como apontam Phills, Deiglmeier e Miller (2008), as inovações sociais possuem conteúdo histórico. Assim, perscrutando a atualidade, Morales Gutiérrez (2009) indica classificação dessas práticas em cinco grupos: as organizacionais (voluntariado de natureza profissional, por exemplo); as financeiras (principalmente microcrédito); as comerciais (destacando-se o chamado comércio justo); as ambientais (sobressaindo reciclagem e agricultura ecológica); as administrativas (em particular os orçamentos participativos).

A incidência da inovação social cresceu nas últimas décadas (André e Abreu 2006). Em particular no século XXI, as tensões sobretudo sociais e ambientais associadas às operações do capitalismo em escala global impulsionaram projetos e processos alternativos sobre os quais tem sentido falar em termos de inovações sociais (Dowbor 2007; Farfus e Rocha 2007a). No mesmo diapasão, o debate e a promoção do desenvolvimento, mormente na escala local ou



territorial, passaram a reconhecer a importância dessas inovações (Castor 2007).

Diferentes realidades têm sido abordadas com base na respectiva discussão, como sugerido pela coletânea organizada por Farfus e Rocha (2007b), que se refere a experiências brasileiras. O uso aparece, por exemplo, em estudos sobre desenvolvimento urbano com perfil alternativo aos enfoques tradicionais, despontando a contestação aos discursos e orientações de gestão urbana sintonizados com a agenda neoliberal (Moulaert *et al.* 2007). Mas a utilização é realmente ampla, variando de abordagens tão abrangentes quanto a do combate à pobreza no Terceiro Mundo (De Muro *et al.* 2007) até estudos específicos sobre processos no nível dos territórios, com realce para os rurais.

É o contexto do desenvolvimento territorial que interessa aqui, haja vista o foco da pesquisa. Neste,

*[...] a inovação social corresponde às mudanças em nível tanto institucional como no dos comportamentos coletivos e individuais [...] que contribuem à integração social. Deve-se compreender "instituição" no sentido mais amplo dessa definição: mecanismos e processos de socialização formal e informal que atingiram um certo nível de estabilidade e regularidade no tempo, e isso nas formas de habitus, leis e regras de comportamento e sanção, organizações na forma de multi agentes institucionalizados (Hillier, Moulaert e Nussbaumer 2004:137, nossa tradução).*

Considerando especificamente o desenvolvimento no meio rural, Moyano-Estrada (2015) associa a inovação social à presença de uma governança permeada por eficaz coordenação, apta a promover a canalização das ações individuais, públicas e privadas (representando grupos de interesses) em direção ao desenvolvimento territorial, mirando o bem comum em nível comunitário. Isso envolve, entre outros aspectos, a adequada utilização dos recursos existentes, promovida por instituições de caráter cooperativo

e associativo. Soto, Pineda e Vargas (2015:88, nossa tradução), examinando a inovação social como vetor de mudanças no meio rural, assinalam que

*Entre alguns dos benefícios [...] gerados pela IS [inovação social] se encontram a solidez e união dos integrantes de uma comunidade, a construção de laços sociais, o fortalecimento da identidade regional, a iniciativa e o desenvolvimento de projetos comuns, a valorização da memória histórica e cultural, a geração de equidade e participação e o desenvolvimento de relações cívicas sãs e pacíficas.*

Além disso, reconhecem que

*A inovação social surge de iniciativas próprias dos mesmos indivíduos, desde as comunidades, que desejam de maneira voluntária aportar soluções novas ou renovadas para melhorar seu nível de vida e para desenvolver iniciativas sociais. Esses processos de inovação social requerem uma estrutura organizacional que os suporte quanto ao direcionamento e gestão de recursos humanos, financeiros e administrativos, de tal maneira que permitam às inovações não só multiplicar seus benefícios às comunidades diretamente implicadas, como também a outras organizações [...] (Soto, Pineda e Vargas 2015:89, nossa tradução).*

Iniciativas vinculadas ao desenvolvimento territorial rural, como a agricultura efetuada conforme princípios ecológicos (mencionada no fim da parte anterior), podem ter o sentido de inovação social quando representam mudanças nos comportamentos coletivos e individuais, incluindo o plano institucional, daí emergindo uma governança condizente com os princípios norteadores das práticas introduzidas. Tais mudanças devem representar alternativas para os grupos sociais implicados em face da escassez ou do estreitamento das possibilidades existentes na esfera local.



Inovações sociais assim caracterizadas podem se entrelaçar nos territórios, fortalecendo-se reciprocamente. Quando essas inovações em situação de sinergismo referem-se a práticas sustentáveis, o desenvolvimento territorial sustentável pode se tornar mais do que somente uma hipótese ou uma intenção.

Essas questões orientam o olhar lançado, nas seções seguintes, sobre a agroecologia e o agroturismo praticados nas Encostas da Serra Geral em Santa Catarina.

#### 4. Agroecologia nas Encostas da Serra Geral em Santa Catarina

O século XX não representou para a agricultura, em diferentes países, somente avanços tecnológicos e industriais seguidos de grande expansão da produtividade e das escalas produtivas, ressoando na capacidade de oferta. Ganham terreno, principalmente desde os anos 1970, e com intensidade e desdobramentos variados conforme as experiências, formas de agricultura distintas das práticas mais convencionais quanto, por exemplo, à observação de princípios ecológicos.

Esse fortalecimento é sugerido por pesquisa mais ou menos recente, disponibilizada pelo *Research Institute of Organic Agriculture* (Willier e Lernoud 2016). Em 172 países pesquisados, a agricultura orgânica ocupava, no agregado, 43,7 milhões de hectares de terra em 2014, a maior parte na Oceania (40%), e envolvia 2,3 milhões de produtores, 40% dos quais na Ásia, 26% na África e 17% na América Latina. Cerca de ¼ dessa terra e mais de 86% desses produtores estavam em países em desenvolvimento. O Brasil não sobressaía: em 2012 ocorrera agricultura orgânica em apenas 0,3% da terra utilizada na totalidade da agricultura desse país, em contraste com destaques como Áustria (19%) e Suécia (16%) e mesmo com países vizinhos como Uruguai (8,8%) e Argentina (2,2%).

A referida agricultura orgânica é uma das modalidades em que se empregam princípios ecológicos nas práticas agrícolas. Remete, assim,

à palavra agroecologia, que de acordo com Wezel *et al.* (2009) mostra-se polissêmica, admitindo três definições principais.

Uma das formas de utilização do termo alinha-se ao sentido de disciplina científica, algo observado desde o início do século XX com contribuições oriundas de diferentes meios acadêmicos e reflexos nas escalas de análise e em pluralidade de abordagens (Wezel e Soldat 2009). Outra maneira de utilizar refere-se à agroecologia como movimento, ângulo que floresceu nos anos 1960 na esteira dos movimentos ambientalistas; a diversidade nesse uso dificulta definir o que seria um movimento agroecológico, mas parece constituir bandeira comum a defesa de uma agricultura (e do desenvolvimento) sustentável. A terceira definição diz respeito à esfera prática:

*[...] práticas agroecológicas são vistas como práticas ou técnicas novas, modificadas ou adaptadas que contribuem para uma agricultura mais amigável ambientalmente, ecológica, orgânica ou alternativa. São usadas para melhorar a agricultura tradicional ou nativa em países em desenvolvimento. As diferentes práticas são apropriadas aos seus vinculados objetivos, definições e à certificação no caso da agricultura orgânica. Para a agricultura tradicional, as práticas são principalmente para fertilidade do solo e gestão de matéria orgânica ou conservação de recursos, ou técnicas para sistemas de baixas entradas externas. Gestão de peste biológica ou técnicas de aprimoramento da fertilidade do solo são objetivos maiores para a agricultura ambientalmente amigável, orgânica ou alternativa. (Wezet et al. 2009:511, nossa tradução).*

Portanto, em termos práticos, entende-se por agroecologia um conjunto de procedimentos para produção agrícola de modo sustentável. Isso implica o uso de processos (ecológicos, biológicos) autorregulados e de recursos renováveis (Padel 2001). Geralmente exibindo atividades de cultivo e criação de animais caracterizadas pela diversidade e protagonizadas



na escala da agricultura familiar, a agroecologia assim considerada é sinônimo de condutas avessas à utilização de adubos químicos ou agrotóxicos. Ao mesmo tempo, revela-se em harmonia com a presença de variedades cujo aprimoramento resulta das ações dos próprios agricultores, além da adaptação às condições (ambientais, de solos) de cada local (Weid 2009).

Pelo ângulo dos sistemas agrícolas alternativos, Nodari e Guerra (2015:193) dizem que a agroecologia representa o “[...] paradigma emergente, substituto da agricultura industrial ou convencional, [...] por incorporar elementos de síntese, unificadores, integradores”. Caporal e Costabeber (2004), explorando o caráter de abordagem científica, assinalam que a agroecologia ampara a passagem para a agricultura e o desenvolvimento rural sustentáveis. Altieri (2004:23) amplia o escopo das considerações ao indicar tratar-se, nada menos, de enfoque “[...] que integra princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo”. Mais do que isso, o autor assinala que a agroecologia disponibiliza as “[...] ferramentas metodológicas para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento” (Altieri 2004:27).

O exercício da agricultura sob princípios ecológicos, permitindo evocar, como assinalado, a agroecologia no sentido prático, existe há anos em

Santa Catarina. Levantamento institucional realizado em 2001 detectou a presença de diversas propriedades rurais implicadas em produção e comercialização de itens orgânicos vegetais e animais, incluindo derivados. Mobilizando mão de obra sobretudo familiar, mas também trabalhadores contratados e permutas de serviços, esses produtores eram mais numerosos na região oeste e, em segundo lugar, na região sul de Santa Catarina, em cuja proximidade se situam as Encostas da Serra Geral catarinense (Oltamari, Zoldan e Altmann 2000).

Pesquisa de 2010 confirmou esse quadro, mas com uma alteração: apareceu à frente, em número de agricultores orgânicos, o espaço relativo à Unidade de Gestão Técnica (UGT) “Litoral Sul Catarinense” da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), órgão do governo estadual responsável pelo estudo (Zoldan e Mior 2012). Em valor da produção, a área da UGT Região Metropolitana, que abrange a superfície polarizada pela capital catarinense, apresenta o maior destaque (cerca de 1/3 do total). Os dados referem-se só aos agricultores que vendiam sua produção fora das propriedades, sendo desconsiderados todos os que utilizavam esses produtos para autoconsumo e em refeições oferecidas em restaurantes familiares. A **tabela 1** apresenta a distribuição desses agricultores e o valor da sua produção por UGT da EPAGRI.



**Tabela 1.** Santa Catarina: agricultura orgânica em 2010 – número de agricultores e valor da produção por Unidade de Gestão Técnica (UGT) da EPAGRI

Unidades de Gestão Técnica da EPAGRI	Número de agricultores		Valor da produção (US\$)*	
	Número	%	Valor	%
Litoral Sul Catarinense	126	20,9	1.515.883	21,7
Alto Vale do Itajaí	49	8,1	309.468	4,4
Litoral Norte Catarinense	48	8,0	562.952	8,0
Planalto Norte Catarinense	70	11,6	366.139	5,2
Meio Oeste Catarinense	27	4,5	195.060	2,8
Oeste Catarinense	41	6,8	473.142	6,8
Extremo Oeste Catarinense	117	19,4	839.914	12,0
Alto Vale do Rio do Peixe	25	4,1	90.695	1,3
Região Metropolitana [Florianópolis]	52	8,6	2.273.864	32,5
Planalto Sul Catarinense	48	8,0	371.939	5,3
Total de Santa Catarina	603	100	6.999.056	100

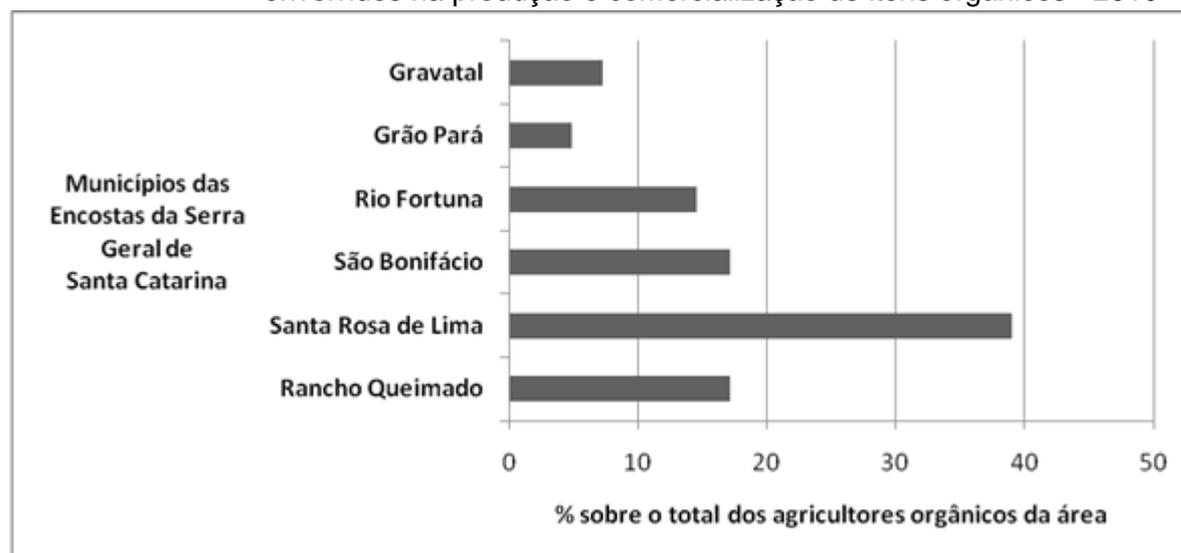
Fonte: elaborado pelo autor com base em Zoldan e Mior (2012)

\* Resultado da conversão de valores em Reais para US\$ pela taxa média de câmbio do primeiro semestre de 2010, na cotação de venda do US\$, conforme dados do Banco Central do Brasil: 1 US\$ = R\$ 1,8026 (<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao&id=txcotacao>)

Nas Encostas da Serra Geral catarinense, o município pioneiro em práticas agrícolas efetuadas sob princípios ecológicos é Santa Rosa de Lima, que abrigava na pesquisa de 2010 a grande maioria dos agricultores que produziam e comercializavam os respectivos itens fora das propriedades (**Figura 2**). Distanto cerca de 120 km de Florianópolis, essa localidade possuía em

2010 (pelo Censo Demográfico do IBGE) pouco mais de dois mil habitantes, a grande maioria em meio rural. Seus recursos paisagísticos e ambientais remetem às condições da Mata Atlântica, e na estrutura fundiária predominam pequenas e médias propriedades.

**Figura 2.** Área das Encostas da Serra Geral em Santa Catarina: distribuição municipal dos agricultores envolvidos na produção e comercialização de itens orgânicos - 2010



Fonte: elaborado pelo autor com base em Zoldan e Mior (2012)



A agricultura em propriedades familiares sempre representou (a colonização começou em 1905) a base da economia da região. Durante décadas prevaleceu a diversificação nos cultivos e na criação de animais, cujo destino principal era a subsistência, embora ocorresse alguma comercialização ligada principalmente à suinocultura. Todavia, pelos estímulos de empresas de tabaco, o cultivo do fumo cresceu nos anos 1980, uma orientação que repercutiu ambientalmente por causa do desmatamento e do uso de pesticidas (Cabral 2004). O forte declínio posterior dessa atividade induziu contingentes locais ao abandono da área, em quadro de crise manifesta, e encorajou a pecuária leiteira e a produção de laticínios como alternativas na década de 1990.

A combinação de atributos locais com a circunstância de crise, que afetou as possibilidades de reprodução social na área, representou a base sobre a qual se produziu uma “guinada agroecológica” em Santa Rosa de Lima, daí se espraiando. Nos atributos figuram a condição das Encostas da Serra Geral como importante corredor ecológico entre o Parque Nacional de São Joaquim, na região serrana do estado, e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, que atinge alguns municípios da Grande Florianópolis (ao norte) e consiste na maior unidade de conservação em Santa Catarina completamente protegida. Nos planos socioeconômico e histórico-cultural, sobressai a própria tradição de uma agricultura praticada em pequenas propriedades como atividade econômica principal. Cabe também indicar aspectos ligados às interações em nível comunitário, associadas, por exemplo, à forte presença de descendentes de colonos principalmente alemães. Essa presença se exprime, entre outras coisas, em festas típicas, na culinária e na arquitetura.

Esses atributos sugerem poder-se falar da área em termos de território, e tiveram a sua influência na orientação agroecológica – que marcou a trajetória local posteriormente, segundo Müller (2001) e Oliveira (2004) – ombreada pelos já

aludidos efeitos da crise ligada à contração da fomicultura. Note-se, contudo, que sobre a dupla base representada pelos atributos ambientais, socioeconômicos e histórico-culturais e pelos efeitos daquela crise, os fatores mais imediatos que desencadearam o percurso agroecológico incluíram uma iniciativa comunitária. Tratou-se de festejo em Santa Rosa de Lima para celebrar os aspectos culturais e históricos locais no intuito de, segundo Schmidt *et al.* (2002), estimular interações entre contingentes que haviam emigrado por conta da crise e os que permaneceram no local. Esse evento teria representado um divisor de águas no modo como se encarava a crise. Desde então, embaladas pelas “[...] reuniões que se sucederam, parcerias foram sendo criadas e fortalecidas, todas elas direcionadas no sentido da busca de alternativas de dinamização socioeconômica” (Schmidt *et al.* 2002:84).

Foi nesse contexto que, estimuladas por acenos sobre o escoamento de produtos hortifrutigranjeiros obtidos sob princípios ecológicos, algumas famílias aderiram a esse tipo de prática agrícola em meados de 1996. Logo depois, no mesmo ano, esses produtores criaram a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO), em reunião na qual se deliberou sobre o estatuto e se formou a primeira diretoria, definindo-se em regimento os aspectos da produção. O número de associados cresceu rapidamente nos primeiros anos: segundo Schmidt *et al.* (2002), em 1997 as famílias participantes passaram de uma dúzia para vinte, superaram cinquenta em 1998 e ultrapassaram o patamar de duzentas em 1999. Essa escalada refletiu o entendimento de que havia mercado para os correspondentes produtos, implicando mais fortemente o núcleo original, Santa Rosa de Lima, com irradiação para municípios próximos.

O funcionamento da AGRECO intensificou as interações entre as famílias de produtores, pela necessidade de convergência na atitude de vincular a produção individual às possibilidades de comercialização, ao mesmo tempo em que se buscava fortalecer e ampliar coletivamente os



canais e mecanismos de venda. Mas os desafios eram consideráveis, pois houve mudanças nos órgãos do Governo Federal com os quais vínculos institucionais tinham sido criados. Também se enfrentaram problemas no sistema de distribuição dos produtos, impositivos de decisões (sobre cotas) que chegaram a afetar o sentido de inclusão subjacente à iniciativa como um todo.

De qualquer maneira, o caminho trilhado guarda semelhança com processos observados em outros países ou regiões na introdução de práticas ecológicas na agricultura. Segundo o registro de Padel (2001), inicialmente alguns poucos agricultores aparecem como inovadores; depois, os resultados e o efeito demonstração mobilizam produtores que adotam relativamente cedo essas práticas, acompanhados mais tarde por uma maioria, alguns se engajando mais rapidamente do que outros. A este contingente, retardatários se juntam posteriormente.

Participaram da introdução e do crescimento de práticas agrícolas orientadas por princípios ecológicos na área em questão pesquisadores ou técnicos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da já referida EPAGRI e do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura em Grupo (CEPAGRO), assim como da prefeitura de Santa Rosa de Lima. Também repercutiu o anúncio de possibilidades de financiamento para pequenas indústrias rurais, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) disponibilizados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). No início, mais da metade das candidaturas oriundas da região foi deferida, a maioria de Santa Rosa de Lima, implicando abate e processamento de suínos e outros animais pequenos, processamento de hortaliças e produção de mel, derivados da cana de açúcar, queijo e outros derivados de leite, e itens da panificação (Guzzatti 2010).

As operações das (pequenas) agroindústrias representaram um importante avanço, pois permitiram agregação de valor e uma melhor presença de agentes locais na cadeia de produção e comercialização. Atualmente observa-se a

disponibilidade de variada gama de alimentos orgânicos no âmbito da AGRECO, conforme a página da instituição na internet ([www.agreco.com.br](http://www.agreco.com.br)). O conjunto inclui açúcar e melado de cana, atomatados, conservas, doces e geleias, frango, mel, sucos e até uma linha de alimentos prontos para servir. Os produtos são comercializados em diversos estados brasileiros pela Cooperativa de Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (COOPERAGRECO), criada em 2009.

Assinale-se que a AGRECO interage com diversas instituições. Encabeça a lista, presente no seu *site*, a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, sobre a qual se falará posteriormente. Também se destaca, entre sindicatos, associações profissionais, instituições de ensino e pesquisa e entidades governamentais, o Centro de Formação em Agroecologia Jean Yves Griot (CEFAE), criado em 2005 em Santa Rosa de Lima. Entre as cooperativas sobressai a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária das Encostas da Serra Geral (CRESOL ENCOSTAS DA SERRA GERAL), instalada em 1999 para facilitar o acesso dos agricultores familiares ao crédito e para captar e destinar recursos na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

## **5. Diversificando a “cesta de bens e serviços”: rumo ao agroturismo**

O agroturismo destaca-se internacionalmente entre as experiências contemporâneas de diversificação das práticas turísticas. Integrante do turismo rural, sua base é a atratividade das atmosferas agrárias junto a indivíduos que associam evasão do cotidiano e busca de novas vivências ao afastamento das realidades urbanas e à participação em afazeres campestres, com seus costumes e práticas tradicionais.

Esse turismo tende a envolver propriedades rurais em que tal diversificação é percebida como aceno de possível aumento na renda e nas oportunidades de trabalho. Para tanto, providências voltadas à hospedagem são necessárias, o mesmo ocorrendo em relação à



capacidade de produzir refeições, em regra explorando a culinária e outros hábitos locais. Trata-se, quase sempre, de “[...] pequena escala, ligação à comunidade existente e às suas formas de vida, o que passa pela partilha das habitações [...] mais ou menos retocadas e modernizadas, no sentido de proporcionar conforto e alguma privacidade [...]” (Cavaco 1999:106-107).

Ocorre também, nessas experiências, valorização de produtos locais, em estruturas agrícolas e agroindustriais familiares ou comunitárias, assim como ofertas de lazer escoradas no patrimônio socioambiental. Isso inclui participar na faina diária das propriedades e apreciar ou mesmo vivenciar manifestações culturais. Quando os territórios autorizam práticas esportivas condizentes com os atributos naturais, serviços de apoio costumam ser prestados localmente.

Esse tipo de turismo cresceu sobretudo na Europa (Rodrigues e Rodrigues 2009). Em numerosas localidades, investimentos e preparação profissional têm sido observados, e propriedades que se limitavam às atividades típicas das áreas agrícolas/rurais passaram a diversificar suas fontes de renda e ocupação. Como corolário, emergiu a relação com o desenvolvimento territorial, manifestada em induções (em renda e trabalho) nesse plano e mesmo em fortalecimento das finanças públicas, nutrindo capacidade de gastos públicos com repercussões na própria atratividade local. A perspectiva é geralmente sedutora, inclusive pelo que sinaliza em contraforça às eventuais tendências de emigração, com possível esvaziamento de espaços rurais.

Visto só por esse prisma, o agroturismo não difere de outras atividades aptas a representar dinamização/indução em termos socioeconômicos. Todavia, o setor exhibe especificidades que ampliam o horizonte de considerações sobre o desenvolvimento, possuindo realce o papel do meio ambiente e da cultura, simultaneamente expressões e determinantes do “modo de vida” local. Esse aspecto evidencia a centralidade dos patrimônios natural, histórico e sociocultural, cujos cuidados e

cuja promoção normalmente requererem cooperação e governança no plano territorial.

Todo o referido propicia a necessária contextualização para a abordagem do agroturismo nas Encostas da Serra Geral em Santa Catarina.

Cabe iniciar reiterando o que se falou anteriormente, de que a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia sobressai entre as instituições parceiras da AGRECO. É importante assinalar desde logo que a primeira, doravante referida somente como Acolhida, figura no centro do processo de crescimento do agroturismo nessa região.

Aspecto a ser destacado sobre as condições em meio às quais a orientação agroturística se instalou é que, paralelamente à incorporação de práticas agroecológicas por propriedades rurais, ganhou intensidade o debate sobre a problemática mais ampla do desenvolvimento territorial no âmbito do fórum de Desenvolvimento dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral. Tomou vulto e vingou, nesse processo, a ideia de integrar o setor de turismo às atividades locais (Müller 2001; Guzzatti 2003).

Mostrou-se forte a influência da emergente atração exercida pelos produtos da agricultura realizada sob princípios ecológicos, assim como, naturalmente, das atividades subjacentes. Essa atração se mostrou geradora de visitas mais frequentes ao local. De fato, consumidores de áreas mais ou menos próximas buscavam conhecer as novas práticas e constatar o incrustado caráter ecológico. Profissionais, como os vinculados ao comércio, desejavam avaliar de perto as possibilidades sinalizadas. Pesquisadores acadêmicos, como os ligados à Universidade Federal de Santa Catarina, intensificaram a sua presença objetivando conhecer e analisar a experiência em curso.

Tudo isso acabou por provocar fluxos de pessoas que foram vistos como anunciadores de perspectivas em pequenos negócios de hospedagem e alimentação. Nesse ambiente, associados à AGRECO envolveram-se nas ações



de promoção do agroturismo que já integravam estratégia conjunta do CEPAGRO e do Serviço Nacional do Comércio (SENAC). Essa estratégia era apoiada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), conforme Schmidt *et al.* (2002).

Assim, por conta da experiência relativa à introdução de práticas agroecológicas, o agroturismo atraiu o interesse de atores locais como opção para diversificar as atividades econômicas do território (Gelbcke 2006). As enfileiradas ações culminaram na criação, em 1999, da mencionada Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, de perfil semelhante ao da instituição francesa *Accueil Paysan*.

Informações disponíveis na página da Acolhida na internet ([www.acolhida.com.br](http://www.acolhida.com.br)) salientam que fazem parte dessa entidade empreendimentos em propriedades familiares que compartilham princípios e práticas de sustentabilidade ambiental. Em março de 2017, havia na região das Encostas da Serra 27 propriedades registradas na Acolhida, metade das quais em Santa Rosa de

Lima, com atividades que incluíam hospedagem, disponibilidade de refeições, visita com compra de produtos locais e passeios. Mas a Acolhida também se projetou em outras regiões do estado, como no médio e no alto Vale do Itajaí e no planalto serrano. No total, 67 propriedades encontravam-se relacionadas em março de 2017 (**Tabela 2**).

Essa expansão sugere processo de robustecimento da estrutura representada pela Acolhida e da orientação rumo ao agroturismo. Um aspecto dessa dinâmica tem a ver com o Fundo Generosidade, concebido e operacionalizado por essa associação para encorajar o aprimoramento da atividade nas propriedades familiares. De caráter rotativo, tal instrumento sustenta investimentos em tecnologia, infraestrutura ambiental, equipamentos de lazer e edificações, assim como a compra dos insumos para as atividades e o atendimento de outras necessidades do agroturismo.

**Tabela 2.** Santa Catarina: propriedades rurais familiares vinculadas à Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (situação em março de 2017)

Localização: "regiões" e municípios	Propriedades rurais registradas na Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia	
	Número de propriedades	%
Encostas da Serra Geral		
Anitápolis	5	7,3
Gravatal	2	2,9
Rancho Queimado	2	2,9
Santa Rosa de Lima	13	19,1
São Bonifácio	5	7,3
Total da área	27	39,5
Médio Vale do Itajaí		
Apiúna	1	1,5
Presidente Getúlio	2	2,9
Presidente Nereu	2	2,9
Witmarsum	2	2,9
Total da área	7	10,2



Localização: “regiões” e municípios	Propriedades rurais registradas na Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia	
	Número de propriedades	%
Alto Vale do Itajaí		
Agrolândia	5	7,3
Agronômica	1	1,5
Atalanta	4	5,9
Aurora	6	8,8
Rio do Sul	1	1,5
Total da área	17	25,0
Planalto Serrano		
São Joaquim	4	5,9
Urubici	12	17,6
Total da área	16	23,5
Total geral	67	100

Fonte: elaborado pelo autor com dados da Acolhida na Colônia (Disponíveis em <http://acolhida.com.br/propriedades/>; acesso em 1/3/2017)

A concessão dos recursos desse fundo aos associados da Acolhida depende da aprovação de plano de negócios que demonstre ausência de resultados com impactos ambientais negativos. A análise dos pedidos é feita pelo Programa Acolhida Empreendedora, resultado de parceria com a Aliança Empreendedora, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) criada em Curitiba em 2005. Tal programa objetiva promover o empreendedorismo junto aos integrantes da Acolhida mediante capacitação e amparo financeiro por parte do Fundo Generosidade.

Note-se que a operacionalização do fundo envolve o sistema intitulado Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária, ou sistema CRESOL (como assinalado na seção anterior, na região das Encostas da Serra Geral em Santa Catarina atua a CRESOL ENCOSTAS DA SERRA GERAL). Uma vez por ano, a Acolhida abre inscrições ao Programa Acolhida Empreendedora para atrair projetos de pequenos negócios vinculados ao agroturismo. Os candidatos contemplados beneficiam-se de seis meses de carência e prazos de trinta meses para efetuar o pagamento, sem incidência de juros.

Em suma, na esteira do destaque adquirido pelo crescimento da agricultura protagonizada sob princípios ecológicos, isto é, da agroecologia como prática, o agroturismo foi introduzido nas Encostas da Serra Geral de Santa Catarina a partir de experiências pioneiras em Santa Rosa de Lima. Nos termos do debate sobre desenvolvimento territorial rural, tangenciados na segunda seção do artigo, tratou-se de movimento apto a ser descrito como diversificação da “cesta de bens e serviços” territoriais. O tecido institucional, representado particularmente pela Acolhida, é parte integrante dessa orientação, constituindo simultaneamente reflexo e suporte fundamental da trajetória agroturística empreendida.

## 6. Agroecologia e agroturismo: inovações sociais em sinergismo nas Encostas da Serra Geral catarinense

Como assinalado na terceira seção, inovações sociais correspondem a mudanças de comportamentos individuais e coletivos que repercutem em maior integração social. As mudanças implicam igualmente instituições, entendidas em sentido amplo, isto é, como mecanismos formais e informais de socialização



que resultam em alguma estabilidade e regularidade das condutas ao longo do tempo. Com respeito ao meio rural, inovações sociais remetem a instrumentos de governança que podem canalizar as ações no sentido do desenvolvimento do território, com repercussões em nível comunitário. Isso envolve o uso judicioso dos recursos, sob o estímulo e a orientação de instituições de perfil associativo ou cooperativo.

Como resultado ou expressão dessas mudanças, os laços sociais podem se tornar mais fortes, em meio a projetos comuns objetivando valorizar atributos históricos e culturais, além dos paisagísticos e ambientais. Tais projetos, e as ações protagonizadas de um modo geral, derivam de iniciativas em escala comunitária destinadas a melhorar as condições de reprodução social. Estruturas organizacionais que amparem e direcionem tais iniciativas são importantes para que os processos encorajados possam ter seus benefícios multiplicados.

Tem sentido postular que as práticas agroecológicas introduzidas nas Encostas da Serra Geral catarinense representam inovação social. Novas ideias sobre produção primária e agroindustrial passaram a permear atitudes com objetivos comuns na busca de alternativas perante às adversidades. Essa inovação, impulsionada pela criação da AGRECO – cujo surgimento é aspecto básico da orientação agroecológica local –, possui dimensão territorial e certamente contribui para o desenvolvimento nessa escala. Seja nas condutas individuais e coletivas ou no plano institucional, novas atividades e práticas foram incorporadas, sinalizadoras de perspectivas ampliadas na região.

Também a trajetória do agroturismo autoriza falar em inovação social. As vinculadas iniciativas refletiram o entendimento coletivo de que se fazia necessário diversificar a economia para aumentar as possibilidades de geração de renda e ocupação, em harmonia com princípios de sustentabilidade em termos econômicos, sociais e ambientais. A Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, cuja criação e cujo funcionamento constituem elemento central desse

processo, galvanizou, por assim dizer, tal orientação, como fez a AGRECO com respeito às práticas agroecológicas.

Um motivo pelo qual o papel de ambas as instituições é muito importante é que a ação conjunta e cooperativa dos atores costuma ser crucial em ambientes onde se enraízam e disseminam práticas como a agroecologia e o agroturismo, com pequenos empreendimentos familiares nos moldes observados nas Encostas da Serra Geral catarinense. Manter a “qualidade territorial” é um importante requisito para o desenvolvimento de atividades escoradas na – e defensoras da – sustentabilidade, e valorizar adequadamente os atributos territoriais, respeitando os patrimônios ambiental e sociocultural, é responsabilidade e tarefa de índole necessariamente coletiva. Ora, as duas instituições compõem esfera privilegiada de canalização dos comportamentos individuais. Na opção de agentes desse território pela agroecologia e pelo agroturismo, a AGRECO e a Acolhida formam, com efeito, a mais evidente “face institucional” dos respectivos processos. Sobre a Acolhida, especificamente, é sugestivo que, segundo informação disponibilizada na sua página na internet, a instituição tenha recebido o Prêmio FINEP de Inovação 2014 – Categoria Tecnologia Social, na etapa regional sul dessa premiação. Isso certamente reflete o fato de que, com seus instrumentos e regras (Fundo Generosidade, Programa Acolhida Empreendedora), a entidade zela por condutas individuais com sentido de sustentabilidade, cuja canalização na forma de comportamento coletivo permite falar em inovação social com dimensão territorial.

Dessa maneira, tem sentido considerar que governança, cooperação e compartilhamento, aspectos proeminentes no debate sobre o desenvolvimento territorial, têm presença nas Encostas da Serra Geral em Santa Catarina. Na base estão as interações entre as famílias ligadas à agroecologia e ao agroturismo, e também os vínculos que envolvem as referidas instituições. Tudo somado, pode-se considerar estar-se diante



de experiência que admite referência à abordagem de Vieira (2009) sobre o desenvolvimento territorial sustentável, em que se realça a auto-organização com diferentes sentidos e abrangências e, talvez principalmente, chama-se a atenção para uma lógica diferente de promoção/organização do desenvolvimento no plano territorial.

Pesquisas de campo realizadas na área puderam detectar a reiterada ocorrência de interações na esfera local, conforme discutido em Freitag (2007) e Slapnicka (2008). A combinação de complementaridades e externalidades representativas de vantagens para os agentes tende, de fato, a caracterizar situações como a que se observa nas Encostas da Serra, onde aparentemente cresceu a percepção de benefícios conjuntos, resultando fortalecida a “qualidade territorial”.

Essa percepção aparece na área a reboque do duplo e articulado – mais do que isso, sinérgico – processo de inovação social, quer dizer, o surgimento de práticas agroecológicas e a incorporação do agroturismo. Evocando uma já apresentada formulação de Pecqueur (2001), trata-se de incorporação de itens novos à “cesta de bens e serviços”, diversificando a oferta territorial.

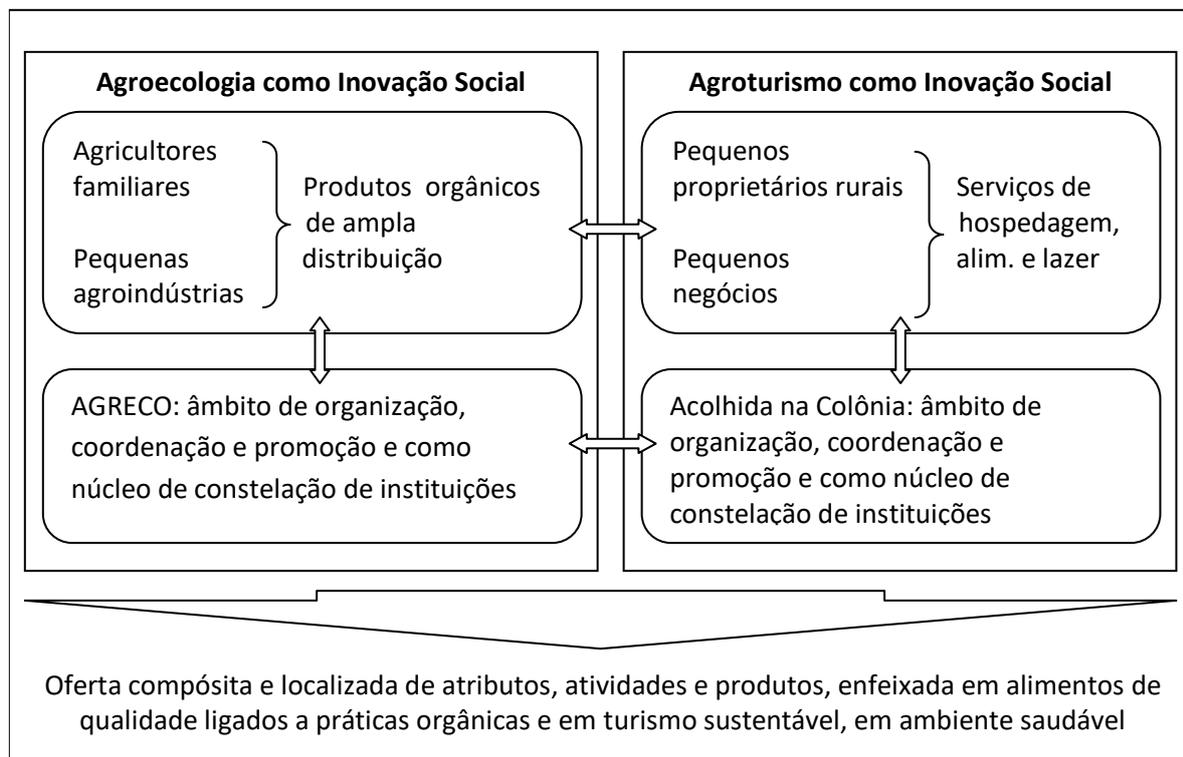
Realmente, a agroecologia e o agroturismo constituem oferta combinada de produtos (alimentos orgânicos) e serviços (atividades de turismo) no território em questão. A inovação social relativa à primeira levou à do agroturismo, e esta, pelo afluxo de visitantes que se dirigem à área por conta de atrativos como os mencionados

anteriormente e consomem alimentos produzidos sob princípios ecológicos, ajudou a fortalecer a agroecologia. A **figura 3** estiliza esse entrelaçamento e o fortalecimento mútuo. Ambas as inovações se articulam em oferta que, além de compósita (produtos, serviços), é territorializada, pois inscrita em espaço com história e atributos socioculturais, paisagísticos e ambientais próprios. Associados, esses elementos estariam a conferir padrão de qualidade aos referidos produtos e serviços, a saber, alimentos saudáveis e o conjunto hospedagem/alimentação/lazer protagonizado sob o signo da sustentabilidade.

A observação de algumas experiências locais auxilia a captar o significado desse sinergismo. Representa fonte de informação sobre o assunto pesquisa realizada por Macedo (2012) em cinco propriedades com práticas agroecológicas e agroturismo em Santa Rosa de Lima, associadas à Acolhida na Colônia (mas nem todas à AGRECO). Com produção agrícola, pequena transformação agroindustrial e atividades de hospedagem ou alimentação, essas unidades rurais ofertavam produtos agroecológicos e serviços agroturísticos combinados. Itens como mel e subprodutos da cana de açúcar possuíam certificação agroecológica e eram comercializados pela AGRECO, e outros, como conservas, doces, cucas e licores, eram elaborados em consórcios familiares. A produção notadamente agrícola (feijão, legumes, hortaliças) destinava-se à subsistência e à comercialização, além de sustentar as atividades turísticas (como no preparo de refeições).



**Figura 3.** Estilização do sinergismo entre agroecología e agroturismo nas Encostas da Serra Geral em Santa Catarina



Fonte: elaborado pelo autor com base nas informações obtidas durante a pesquisa

Investimentos em instalações novas para receber turistas tinham sido realizados nessas propriedades, na esteira do crescimento do fluxo de visitantes. Inicialmente, a hospedagem ocorria nas próprias residências dos proprietários, mas o crescimento da demanda encorajou o aprimoramento e a expansão das estruturas. Note-se que os turistas compareciam em grupos familiares, principalmente, necessitando acomodações condizentes. Além disso, vários se mostravam assíduos, sugerindo “fidelidade” incentivadora de melhorias no aparato receptivo.

As entrevistas realizadas por Macedo (2012) captaram algum sentido de cooperação e solidariedade nas interações entre os proprietários, como nas ocasiões em que a central de reservas da Acolhida consultava as propriedades sobre as possibilidades de hospedagem. A falta momentânea de vagas em uma pousada/propriedade fazia seu proprietário indicar outras pousadas/propriedades que sabia poderem hospedar. Também Slapnicka (2008:81) detectou condutas com esse significado: “Para

execução de tarefas, em primeiro lugar [os envolvidos no agroturismo] buscam ajuda de familiares e vizinhos”, uma prática classificada como de “dinâmica solidária”. Mas também se indicou a necessidade de mais ações coletivas, como na aquisição conjunta de itens diversos, uma medida considerada por todos como apta a propiciar custos menores, com benefícios mais amplos.

O agroturismo ganhou presença na composição da renda familiar nessas propriedades. Macedo (2012) observou que a representatividade variava de 30% a 80% da renda total, com duas propriedades na percentagem mais elevada. Complementavam a renda, em proporções variadas, a venda de produtos de origem agroecológica, incluindo os da agroindústria em cuja matéria prima figuravam tais produtos. Rendas de aposentadorias ou pensões foram igualmente mencionadas como complementares.

Tudo isso permite afirmar que o binômio agroecologia-agroturismo fincou raízes naquelas



unidades rurais. Para os agricultores entrevistados, a “[...] situação melhorou [...] após a inserção de outras atividades na propriedade – como o turismo – e em função das associações [AGRECO e Acolhida na Colônia]. Na avaliação de alguns a situação é ‘muito melhor’ e ‘bem melhor’” (Macedo 2012:55). Essas manifestações sugerem algum grau de confirmação das expectativas desses agentes, pois entre os principais motivos da adesão ao agroturismo, particularmente, estavam os acenos de aumento na renda e de melhoria nas condições dos negócios familiares. Todos os proprietários responderam positivamente quando “[...] indagados se a diferença [de renda] [...] permitiu a aquisição de algum bem de valor expressivo ou infraestrutura [...], citando a construção das áreas de recepção de turistas [...] e automóveis.” (Macedo 2012:56).

Contudo, é preciso cautela com eventuais generalizações. Pesquisa direta realizada por Slapnicka (2008) em Santa Rosa de Lima mostrou que nem todas as famílias ligadas à Acolhida e à AGRECO usufruíam de melhoramentos efetivos nas suas condições. Isso indica que não há uniformidade na situação das propriedades que incorporaram as inovações representadas pela agroecologia e pelo agroturismo.

Outro aspecto é que essas atividades utilizavam mão de obra basicamente familiar, mesmo que vizinhos auxiliassem em tarefas como preparar e servir refeições nos momentos de maior presença de visitantes. O envolvimento de quase todos os familiares nas novas práticas tinha consequências na rotina das propriedades, haja vista a multiplicação e intensificação das tarefas e responsabilidades, com particular sobrecarga para as mulheres. Em geral, o trabalho mostra-se ininterrupto nas propriedades agrícolas, de uma forma geral, e o turismo estaria a aprofundar as exigências, já que, por exemplo, “[...] o atendimento de suas necessidades e a vigilância constante a novos pedidos de explicação sobre o plantio, a gestão da pousada ou uma visita à agroindústria, tudo isto toma tempo (Slapnicka 2008:72).

Assinale-se ainda que as mudanças não deixaram de gerar inquietações nas famílias, conforme observado por Arnhold Jr. (2006). A agricultura baseada em princípios ecológicos e o agroturismo passaram a representar novas fontes de renda, mas também significaram maiores preocupações por conta das dívidas contraídas em função, entre outras coisas, da necessidade de conservar e aprimorar os equipamentos. A qualidade da infraestrutura e a eficiência gerencial eram requisitos para o bom desempenho, segundo os depoimentos registrados, e isso impunha um contínuo monitoramento das condições das propriedades, com intervenções que representavam dispêndios exigentes de recursos cuja obtenção, muitas vezes, podia representar encargos consideráveis (em que pese, por exemplo, a existência do mencionado Fundo Generosidade).

## 7. Considerações finais

Este trabalho abordou o surgimento e a expansão de práticas agroecológicas e do agroturismo nas Encostas da Serra Geral de Santa Catarina, um processo que teve início em meados dos anos 1990. A introdução de ambos representou mudanças locais, com novas atividades econômicas passando a caracterizar aquele território. Nesse movimento, a oferta local de bens e serviços foi ampliada e diversificada, refletindo particularidades territoriais entre as quais se notam um certo perfil sociocultural e aspectos ambientais e paisagísticos. O pano de fundo exibiu uma atmosfera de crise, ligada ao declínio de uma atividade antes importante na área, que fizera habitantes buscarem novas possibilidades de trabalho e de vida em outros lugares.

As ações que conduziram à agroecologia e ao agroturismo brotaram no seio da comunidade, particularmente em Santa Rosa de Lima, e foram sustentadas por duas instituições específicas principais: a AGRECO e a Acolhida na Colônia, com importantes papéis de organização e coordenação, entre outros. Essa atuação institucional repercutiu em avanços na



canalização das condutas individuais em prol do fortalecimento da agroecologia e do agroturismo. Esse objetivo implicou lubrificar as interações no âmbito local e inocular a ideia – promovendo os correspondentes tipos de atitude – de que o uso judicioso dos recursos do território, quer dizer, a atenção com respeito a princípios de sustentabilidade, representa conduta incontornável.

Tudo isso autoriza referir à agroecologia e ao agroturismo como inovações sociais protagonizadas nas Encostas da Serra Geral. Mais do que isso, pode-se considerar que as duas atividades nutrem-se mutuamente: uma vez incorporadas – primeiramente a agroecologia e logo depois o agroturismo –, ambas passaram a existir em condições de sinergismo, como se argumentou.

A adesão a princípios ecológicos na agricultura e o enraizamento de um turismo para o qual constitui alicerce básico a simbiose entre o patrimônio paisagístico e o natural, de um lado, e o sociocultural, de outro, permite falar em desenvolvimento territorial sustentável para a área envolvida. Mas o terreno permanece fértil para mais iniciativas de promoção. Uma direção quase evidente envolveria um estímulo forte ao agroturismo em diferentes municípios das Encostas da Serra, já que, na trajetória dessa atividade, Santa Rosa de Lima concentrou o grosso dos esforços naquele sentido. Roteiros integrados de agroturismo poderiam ser constituídos em tal processo, ampliando o escopo da disseminação dessa atividade.

## Bibliografia

- Abramovay, R., 2001. A dimensão territorial do desenvolvimento. *Gazeta Mercantil* 12-15 abril: A-3.
- Altieri, M., 2004. *Agroecologia: A Dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável*. Editora da UFRGS, Porto Alegre.
- André, I. e A. Abreu, 2006. Dimensões e espaços da inovação social. *Finisterra* Vol. XLI, No. 81:121-141.
- Arnhold Jr., M., 2006. *Turismo Rural Ético: O Agroturismo em Santa Rosa de Lima – SC*. Dissertação de Mestrado em Turismo e Hotelaria. Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú.
- Ashley, C. e S. Maxwell, 2001. Rethinking rural development. *Development Policy Review*, Vol. 19, No. 4: 395-425.
- Buainain, A. M.; Alves, E.; Silveira, J. M. da e Z. Navarro (eds), 2014. *O Mundo Rural no Brasil do Século 21: A Formação de um Novo Padrão Agrário e Agrícola*. Embrapa, Brasília.
- Campanhola, C. e J. G. da Silva, 2000. Desenvolvimento local e democratização dos espaços rurais. *Cadernos de Ciência & Tecnologia* Vol. 17, No. 1:11-40.
- Cabral, L. O., 2004. *Espaço e Ruralidade num Contexto de Desenvolvimento Voltado à Agricultura Familiar*. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Caporal, F. R. e J. A. Costabeber, 2004. *Agroecologia e Extensão Rural: Contribuição para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável*. EMATER/RS-ASCAR, Porto Alegre.
- Castor, B. V. J., 2007. *Inovação social e desenvolvimento*, em Farfus, D. e M. C. de S. Rocha (orgs) *Inovações Sociais*. SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, Curitiba.
- Cavaco, C., 1999. *Turismo rural e desenvolvimento local*, em Rodrigues, A. A. B. (org) *Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais*. Hucitec, São Paulo.



De Muro, P., Hamdouch, A., Cameron, S. e F. Moulaert, 2007. Organisations de la société civile, innovation sociale et gouvernance de la lutte contre la pauvreté dans le Tiers-Monde. *Mondes en Développement* Vol. 35, No 139: 25-42.

Debarbieux, B., 2009. Territoire-territorialité-territorialisation: aujourd'hui encore, et bien moins que demain..., em Vanier, M. (dir) *Territoires, Territorialité, Territorialisation: Controverses et Perspectives*. Presses Universitaires de Rennes, Rennes.

Dowbor, L., 2007. Inovação social e sustentabilidade, em Farfus, D. e M. C. de S. Rocha (orgs) *Inovações Sociais*. SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, Curitiba.

Ellis, F. e S. Biggs, 2001. Evolving themes in rural development 1950s-2000s. *Development Policy Review* Vol. 19, No. 4: 437-448.

Farfus, D. e M. C. de S. Rocha, 2007a. Inovação social: um conceito em construção, em Farfus, D. e M. C. de S. Rocha (orgs) *Inovações Sociais*. SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, Curitiba.

Farfus, D. e M. C. de S. Rocha (orgs), 2007b. *Inovações Sociais*. SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, Curitiba.

Freitag, R., 2007. A Dinâmica da Comunicação na Rede de Agroturismo em Santa Rosa de Lima/SC. Dissertação de Mestrado em Turismo e Hotelaria. Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú.

Friedmann, J. e C. Weaver, 1979. *Territory and Function. The Evolution of Regional Planning*. Edward Arnold, London.

Garofoli, G., 1993. Economic development, organization of production and territory. *Revue d'Economie Industrielle* Vol. 64:22-37.

Gelbcke, D. L., 2006. Agroturismo e Produção do Espaço nas Encostas da Serra Geral: Entre a Idéia e a Prática. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Guzzatti, T. C., 2003. O Agroturismo como Instrumento de Desenvolvimento Rural:

Sistematização e Análise das Estratégias Utilizadas para a Implantação de um Programa de Agroturismo nas Encostas da Serra Geral Catarinense. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Guzzatti, T. C., 2010. O Agroturismo como Elemento Dinamizador na Construção de Territórios Rurais: O Caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC). Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Hillier, J., Moulaert, F. e J. Nussbaumer, 2004. Trois essays sur le role de l'innovation dans le development territorial. *Géographie, Economie, Société* Vol. 6:129-152.

Hudson, R., 2007. Region and place: rethinking regional development in the context of global environmental change. *Progress in Human Geography* Vol. 31, No. 6:827-836.

Kageyama, A., 2004. Desenvolvimento rural: conceito e medida. *Cadernos de Ciência & Tecnologia* Vol. 21, No. 3: 379-408.

Lévesque, B., 2009. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. *Política & Sociedade* Vol. 14:107-144.

Macedo, D. B., 2012. Santa Rosa de Lima – SC: Uma Discussão sobre Opções em Termos de Desenvolvimento em Nível Territorial. Monografia de Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Ministério do Turismo, 2010. Destino Referência em Turismo Rural: Serra Geral – SC. Instituto Casa Brasil de Cultura, Goiânia.

Mollard, A., 2001. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. *Économie Rurale* Vol. 263:16-34.



- Mora, J. e J. M. Sumpsi, 2004. Desarrollo Rural: Nuevos Enfoques y Perspectivas. FAO-FODEPAL, Santiago de Chile.
- Morales Gutiérrez, A.C., 2009. Innovación social: un ámbito de interés para los servicios sociales. *Ekaina* Vol. 45: 151-178.
- Moulaert, F., Martinelli, F., González, S. e E. Swyngedouw, 2007. Introduction: social innovation and governance in European cities. *European Urban and Regional Studies* Vol. 14, No. 3: 195-209.
- Moulaert, F.; MacCallum, D. e J. Hillier, 2013. Social innovation: intuition, precept, concept, theory and practice, em Moulaert, F.; MacCallum, D.; Mehmood, A. e A. Hamdouch (eds) *The International Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research*. Edward Elgar, Cheltenham.
- Moyano-Estrada, E., 2015. Inovação social, governança e desenvolvimento territorial, em Ortega, A. C. e E. Moyano-Estrada (orgs) *Desenvolvimento em Territórios Rurais: Estudos Comparados de Brasil e Espanha*. Alínea, Campinas.
- Mulgan, G.; Tucker, S.; Ali, R. e B. Sanders, 2007. *Social Innovation: What it is, Why it matters and How it can be Accelerated*. Basingstoke Press, London.
- Müller, J. M., 2001. Do Tradicional ao Agroecológico: As Veredas das Transições – O Caso dos Agricultores Familiares de Santa Rosa de Lima/SC. Dissertação de Mestrado em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Mumford, M., 2002. Social innovation: ten cases from Benjamin Franklin. *Creativity Research Journal* Vol. 14. No. 2:253-266.
- Nodari, R. O. e M. P. Guerra, 2015. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. *Estudos Avançados* Vol. 29, No. 3:183-207.
- Oliveira, B. M. L. de, 2004. A Produção de Alimentos Orgânicos pela Rede de Pequenas Agroindústrias Familiares da AGRECO em Santa Rosa de Lima e Rio Fortuna – SC. Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Oltamari, A. C.; Zoldan, P. e R. Altmann, 2000. *Agricultura Orgânica em Santa Catarina*. Instituto Cepa/SC, Florianópolis.
- Ozouf-Marigner, M-V., 2009. Le territoire, la géographie et les sciences sociales: aperçus historiques et épistémologiques, em Vanier, M. (dir) *Territoires, Territorialité, Territorialisation: Controverses et Perspectives*. Presses Universitaires de Rennes, Rennes.
- Padel, S., 2001. Conversion to organic farming: a typical example of the diffusion of an innovation? *Sociologia Ruralis* Vol. 41, No. 1:40-61.
- Pecqueur, B., 2001. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Économie Rurale* Vol. 261:37-49.
- Pecqueur, B., 2009. De l'exténuation à la sublimation: itinéraire d'une notion et de ses déclinaisons, em Vanier, M. (dir) *Territoires, Territorialité, Territorialisation: Controverses et Perspectives*. Presses Universitaires de Rennes, Rennes.
- Phills Jr., J. A., Deiglmeier, K. e D. J. Miller, 2008. Rediscovering Social Innovation. *Stanford Social Innovation Review* Fall:33-43.
- Rodrigues, A. e A. Rodrigues, 2009. Turismo e inovação em espaços rurais: estudo de caso da rede europeia de turismo de aldeia. *Turismo em Análise* Vol. 20, No. 1:35-47.
- Santos, M., 1994. O retorno do território, em Santos, M.; Souza, M. A. de e M. L. Silveira (orgs) *Território: Globalização e Fragmentação*. Hucitec, São Paulo.
- Schmidt, W.; Turnes, V. A.; Cazella, A. A.; Schmidt, V. B. e D. Gelbcke, 2002. Associativismo e cooperativismo: o terceiro setor no desenvolvimento rural catarinense, em Vieira, P. F. (org) *A Pequena Produção e o Modelo*



Catarinense de Desenvolvimento. APED Editora, Florianópolis.

Schneider, S., 2004. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias* Vol. 6, No. 11:88-125.

Sharra, R. e M. Nyssens, 2010. Social Innovation: An Interdisciplinary and Critical Review of the Concept. *Université Catholique de Louvain, Louvain*.

Slapnicka, M. Z., 2008. O Agroturismo em Santa Rosa de Lima: Transformações Socioculturais na Dinâmica de Organização do Trabalho nas Famílias Agricultoras. Dissertação de Mestrado em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú.

Soto, C. A.; Pineda, M. S. e S. M. Z. Vargas, 2015. Procesos de innovación social (IS) como fuente de transformación social de comunidades rurales. *Revista Academia y Virtualidad* Vol. 8, No. 2: 85-99.

Stöhr, W. B. e D. R. F. Taylor, 1981. *Development From Above or Below? The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries*. John Wiley, Chichester.

Taylor, J., 1970. Introducing social innovation. *Journal of Applied Behavioural Science* Vol. 6, No. 1: 68-77.

UMR PACTE, 2009. *Invitation aux premiers entretiens de la Cité des Territoires*, em Vanier, M. (dir) *Territoires, Territorialité, Territorialisation: Controverses et Perspectives*. Presses Universitaires de Rennes, Rennes.

Vanier, M. (dir), 2009. *Territoires, Territorialité, Territorialisation: Controverses et Perspectives*. Presses Universitaires de Rennes, Rennes.

Vieira, P. F., 2009. Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. *Política & Sociedade* Vol. 14:27-75.

Weid, J. M. von der, 2009. *Agroecologia: Um Modelo Agrícola para Garantir a Segurança Alimentar*, em *Tecnologias Sociais: Caminhos*

para a Sustentabilidade. Rede de Tecnologia Social, Brasília.

Wezel, A., Bellon, S., Doré, T., Francis, C., Vallod, D. e C. David, 2009. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for Sustainable Development* Vol. 29:503-515.

Wezel, A. e V. Soldat, 2009. A quantitative and qualitative historical analysis of the scientific discipline of agroecology. *International Journal of Agricultural Sustainability* Vol. 7, No. 1:3-18.

Willer, H. e J. Lercoud (eds), 2016. *The World of Organic Agriculture: Statistics and Emerging Trends 2016*. Research Institute of Organic Agriculture (FiBL), Frick, International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM), Bonn.

Zoldan, P. C. e L. C. Mior, 2012. *Produção Orgânica na Agricultura Familiar de Santa Catarina*. Epagri, Florianópolis.